

Índice

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA	11
<i>Francisco Louçã</i>	
PREFÁCIO À EDIÇÃO ITALIANA	17
<i>Giovanni Allegretti</i>	
PREFÁCIO À EDIÇÃO MEXICANA	31
<i>Gustavo Esteve</i>	
PRÓLOGO	43
CAPÍTULO 1. As democracias também morrem democraticamente	47
CAPÍTULO 2. O novo interregno	51
<i>O significado histórico deste interregno</i>	
<i>55</i>	
CAPÍTULO 3. As forças de esquerda perante o novo interregno: o caso português	59
<i>A articulação entre forças de esquerda. O caso português.....</i>	
<i>62</i>	
<i>Actualização em Dezembro de 2018</i>	
<i>64</i>	
<i>Qual o significado mais global desta inovação política? Onze teses</i> <i>para articulações limitadas entre forças políticas de esquerda</i>	
<i>68</i>	
<i>Alguns cenários incertos para a articulação das forças de esquerda.....</i>	
<i>71</i>	
CAPÍTULO 4. Brasil: a fractura do desgaste da governação	73
<i>Introdução: a democracia brasileira na encruzilhada</i>	
<i>73</i>	
<i>A conjuntura eleitoral</i>	
<i>73</i>	
<i>O Brasil profundo.....</i>	
<i>74</i>	
<i>A intervenção imperial.....</i>	
<i>75</i>	
<i>Resistência e alternativa</i>	
<i>79</i>	
<i>Os desafios.....</i>	
<i>80</i>	

<i>Actualização em Agosto de 2018</i>	86
<i>Lula da Silva: o preso político mais famoso do mundo?</i>	86
<i>Excepção moldando os processos judiciais-penais</i>	86
<i>Falta de garantias do processo criminal</i>	88
<i>Instrumentalização da luta contra a corrupção</i>	89
<i>O endurecimento geral do regime político</i>	90
<i>Difícultades de construção de hegemonia tanto à direita como à esquerda</i>	93
<i>Actualização em Janeiro de 2019</i>	97
<i>A derrota mitigada da direita tradicional</i>	98
<i>A derrota da esquerda</i>	98
<i>Militarização do poder civil ou «civilização» do poder militar</i>	100
<i>O bonapartismo judicial</i>	100
<i>O regime da democracia branca como projecto de dupla repressão e dupla contenção</i>	102
<i>O alinhamento com o imperialismo norte-americano</i>	103
<i>A difícil renovação e articulação das forças democráticas e de esquerda</i>	105
<i>A reconstrução da democracia</i>	106
<i>Reconstrução de alternativas de governo de esquerda</i>	107
CAPÍTULO 5. Colômbia: a fractura da luta armada sob a vigilância do império ..	111
<i>O processo de paz</i>	111
<i>O imperialismo norte-americano</i>	113
<i>As forças de esquerda e o contexto eleitoral</i>	114
<i>Actualização em Agosto de 2018 (colaboração de Bryan Vargas Reyes)</i> ... 116	
<i>O processo de paz</i>	117
<i>O imperialismo norte-americano</i>	120
<i>As forças de esquerda e o contexto pós-eleitoral</i>	121
CAPÍTULO 6. México: a fractura entre a institucionalidade e a extra-institucionalidade	129
<i>Actualização em Agosto de 2018 (colaboração de Gustavo Esteva, Orlando Aragón, Jorge Alonso e Germán Sandoval)</i>	134
<i>Resultados da eleição presidencial de 1 de Julho</i>	134
<i>Vários factos novos e não tão novos</i>	134
<i>Lições do processo eleitoral a partir dos seus resultados</i>	136
<i>Notas para pensar a possibilidade de desenvolver um programa de esquerda baseado em alianças entre a esquerda institucional e a esquerda extra-institucional</i>	138

<i>A possibilidade de um programa de esquerda a partir do governo</i>	140
<i>Conclusão provisória</i>	142
CAPÍTULO 7. Espanha: a fractura da identidade nacional	145
<i>Os difíceis caminhos da articulação entre as esquerdas</i>	146
<i>A crise da Catalunha</i>	148
<i>As esquerdas e a identidade nacional</i>	150
<i>Actualização em Agosto de 2018 (colaboração de Antoni Aguiló)</i>	153
<i>A moção de censura e os desafios das esquerdas</i>	153
<i>Actualização em Maio de 2019</i>	157
OUTRAS VOZES E CONTEXTOS	159
CONCLUSÃO	163

Prefácio à edição portuguesa

Francisco Louçã

«Esquerdas do mundo, uni-vos!», com um reforçante ponto de exclamação incluído no título, é um livro ousado. Mesmo que o autor não se expanda na explicação, quem abre estas páginas cedo se aperceberá de que está à frente de um grito de alma e também, talvez mais do que tudo, de uma reflexão que nasce do dia a dia, ou do que o autor chamará «uma análise não conjuntural da conjuntura». Ora, estas são três dimensões paralelas, nem sempre as encontraremos enunciadas e exploradas com tanto relevo no mesmo ensaio. É, portanto, um livro que quer fazer, que quer estudar exemplos, casos e circunstâncias, e que quer refletir sobre o que faz e o que se faz. É isto sociologia crítica, análise política, história comparada ou guião ativista? Pois será o que dele se fizer. Em todo o caso, é um escrito colado ao imediato e à sua urgência. Ou seja, é um ato de inconformismo.

Sendo tudo isso, este livro também parte de uma longa experiência de diálogos intensos com a prática de movimentos políticos e sociais. Ele vem de trás. Tratando de Portugal, Espanha, Brasil, Colômbia e México e escrito no início ou em meados de 2018, com anexos e epílogos do final do ano ou dos primeiros dias de 2019, o livro arrisca-se a expor um pensamento sobre a conjuntura, como se definia em momentos em que a indefinição era grande: iria Lula da Silva ser preso, ganharia Andrés Manuel López Obrador as eleições, perduraria o governo de Pedro Sánchez, quem arrebataria as eleições presidenciais colombianas, como se configuraria o quarto ano do acordo parlamentar maioritário em Portugal? Já sabemos algumas das respostas a estas questões e, ao expor como foi olhando para o que entretanto o tempo já decifrou nestes labirintos complexos da coisa política, o autor sugere-nos um exercício que é atrevido:

o de olhar para um pouco antes de se ter chegado às bifurcações. Fá-lo sem qualquer pretensiosismo, simplesmente revelando o seu próprio exercício de análise e de empenhamento sobre as hipóteses ainda em aberto. E é nisso que entra a parte da participação, da discussão intensa com protagonistas e com movimentos, a que Boaventura de Sousa Santos foi assistindo ou impulsionando, porventura em diferentes graus e de formas distintas, mas certamente com presença e voz em todos estes cenários e disputas. Se já não há muito internacionalismo, este é um livro de um internacionalista em ação.

Também é certo que o autor não aprofunda uma teoria das relações de forças ou uma análise das reconfigurações internacionais. Não se pretende neste livro um inventário temático exaustivo, como do balanço dos governos de base popular no período pós-ditaduras latino-americanas, ou dos novos e velhos movimentos sociais, ou de grandes questões ideológicas, como a definição do lugar dos «populismos» à esquerda e à direita, ou ainda das alterações dos padrões de comunicação e organização dos espaços públicos na era Trump. Os parâmetros de análise deste livro resultam todos do sentimento de urgência. Mas nem por isso deixamos de ser confrontados com elementos de análise sobre cada uma dessas questões, seja por simples enunciados seja em alguns casos por discussões mais desenvolvidas. Creio que são sobretudo três, que destaco para indicar o seu relevo e também para as questionar.

A primeira é sobre a definição de esquerda. No início do livro, Boaventura apresenta um mapa, segundo o qual a esquerda seria a expressão política de uma conjugação de teorias e práticas transformadoras, nomeadamente as impulsionadas pela resistência à expansão do capitalismo, e ainda de uma crença na possibilidade de um futuro pós-capitalista. Mas há uma prática que corresponde a este mapa e ela eleva a responsabilidade dessa esquerda, pois deve responder a um desafio de dimensão histórica, que é o das articulações do capitalismo com outras formas de dominação, o colonialismo e o patriarcado, tudo o que redefine o capitalismo realmente existente. Não é pouco. Uma esquerda com este perfil seria simultaneamente exigente do ponto de vista programático, universalista e radical na política.

Ora, logo depois, o autor sublinha o óbvio, que as esquerdas caminharam em sentidos distintos ao longo do século XX, uma parte assumindo a hipótese da regeneração do capitalismo e outra considerando que este

é genuinamente desumano e irresgatável. Durante algum tempo, como adiante se anota, houve mesmo uma dissonância entre a agenda explícita e a agenda implícita desse sector representado na social-democracia histórica, que enunciava um compromisso com um «socialismo democrático» para entretanto se resumir à adaptação a um capitalismo que pretendia moderar. Ora, se assim for, o que se conclui é um afastamento do mapa que define a esquerda, tal como se apresenta neste livro. E a rutura não ocorreria só nos grandes acontecimentos fundadores, frequentemente discutidos mas não recapitulados neste livro, como a atitude perante a Primeira Guerra Mundial, mas também por via de uma cultura institucional e por escolhas que moldam a organização social e a forma de ser, essa defesa do «capitalismo moderado», que, aliás, se revelou em muitas ocasiões ser um capitalismo beligerante (Tony Blair e a guerra do Iraque) ou predatório (os governos social-democratas e as privatizações) ou conservador (a cedência ao patriarcado ou à heteronormatividade discriminatória). Boaventura refere-se a estes percursos usando a distinção entre forças de esquerda e políticas de esquerda, sublinhando assim que partidos de esquerda podem governar ao centro ou à direita. Fazem-no, de facto, quando promovem normas constrangedoras que vão do Tratado de Maastricht ao Tratado Orçamental ou ao euro no contexto europeu, quando assinam os acordos com Erdoğan sobre a prisão de migrantes ou quando favorecem as estratégias da Casa Branca no Leste europeu ou no Médio Oriente, só para citar alguns exemplos recentes. Ou seja, estamos perante o capitalismo rentista, colonialista e patriarcal, mesmo, por vezes, sob as vestes de governações que se autorreferem como esquerda. Parece-me convincente notar estas políticas de direita, mas duvido que seja então possível colar a anterior definição de esquerda para descrever esta translação política e adaptação à globalização e financeirização. Se manter esta definição de uma esquerda adaptada é mais operativa e esclarecedora do que a que prefiro, a de que a social-democracia europeia é hoje uma constelação de partidos de centro (e alguns de direita, até comprometidos com restrições graves à liberdade), pela sua colocação estratégica, representação de interesses e forma de atuar, esse tema deixo aos leitores.

Há, em todo o caso, diferentes consequências para as abordagens que daqui decorrem, num caso conduzindo à ideia de uma unidade abrangente das esquerdas, que reconhece e naturaliza a tensão entre os seus

caminhos diversos ou até contraditórios, noutro caso discutindo-se em que circunstâncias devem as esquerdas estabelecer pontes com o centro. Mas há também pontos em comum. Primeiro, que «o centro tende a ser centro-direita, mesmo quando afirma ser centro-esquerda», como escreve o autor do livro. É uma conclusão poderosa. Segundo, que a esquerda, tanto para saber resistir como para disputar a maioria, deve ter políticas unitárias alargadas. É uma consequência imperativa. E, verdadeiramente, isso faz diferença em relação à experiência de tantas esquerdas fechadas no seu conformismo estético de autorrepresentação.

Acresce o sentido de urgência, o segundo tema que atravessa o livro. Boaventura argumenta, como já tem feito no passado, que «o horizonte emancipatório deixou de ser socialismo para ser a democracia», o que, reconhece, coloca o «pós-capitalismo (como) horizonte simultaneamente mais vago e mais diverso», mas porventura não menos potente, dado que recupera uma disputa pela legitimidade que é simultaneamente uma luta pela imaginação política. Como se escreve logo nas primeiras páginas, a vitória da direita nos últimos anos mede-se, entre outros sucessos na conformação do senso comum, pela determinação da democracia liberal como o único regime legítimo. Ora, «a democracia pode morrer democraticamente», diz-nos o livro, que nota a conjugação de vários fatores que, todos parecendo improváveis, se conjugaram num ápice: a eleição de autocratas, o ascenso da plutocracia, a tecnologia das *fake news* e a ocupação obsessiva do espaço público pela indústria do medo, e ainda a captura de instituições referenciais, como no caso de alguns países se tornou evidente pelo predomínio do judiciário na determinação da agenda política. Neste «novo interregno», a expressão do autor para identificar este tempo obscuro do mundo do pós-crise financeira de 2008, que terminou a fase de euforia hegemônica depois da queda do Muro de Berlim, essa conjugação do sono da razão faz nascer ou renascer os monstros de uma contemporaneidade não-moderna, como o ódio ao feminismo, o ódio aos migrantes, o fascismo, a discriminação contra os pobres, o extrativismo radical, até o «bonapartismo judiciário», uma forma especial de autocracia. A luta pela democracia é, assim, a forma de uma nova imaginação social, de uma resistência sem nostalgia ou, mais do que isso, de um programa de mobilização transformadora que não se atemoriza perante os muros da desigualdade e da riqueza, do abuso financeiro, das redes de poder. À radicalização da direita, com Trump

e Bannon, ou ainda com Bolsonaro, Orbán, Modi, Duterte e Salvini, deve corresponder uma bipolarização democrática.

O terceiro tema, mais exposto, é a experiência, a partir de questões imediatas que se colocam às esquerdas em cinco países tão diferentes. Cuidarei menos desse tema neste breve prefácio, pois as páginas que seguem são irresumíveis e insubstituíveis em detalhes e na cartografia dos acontecimentos e das possibilidades. Mas noto que Boaventura, também como já o tinha feito, nem ignora os erros dos governos da vaga pós-ditaduras na América Latina e, sendo solidário com Lula contra uma prisão que é uma óbvia manobra judiciário-política sem fundamento legal, não deixa de argumentar que é fundamental para o futuro da esquerda brasileira uma «rutura total com os seus métodos de governação», alguns «intrinsecamente errados ou condenáveis», outros por constituírem configurações desadequadas. No mesmo sentido, faz a crítica mais assertiva que lhe conheço ao populismo de esquerda, «um dos mais perniciosos equívocos de alguma teoria crítica dos últimos anos», no que só posso estar de acordo.

Da experiência da «geringonça» portuguesa, pouco acrescentarei. Boaventura apresenta uma análise breve, que não surpreenderá as leitoras e os leitores, defendendo uma solução a que não deixa de apontar os limites: ela permitiu «respirar», «ora, respirar não é o mesmo que florescer, é tão-só o mesmo que sobreviver». Assim, depois de quatro anos, uma política democrática exige outro patamar de ambição nas políticas económicas e sociais, e isso decidir-se-á em alguma medida nas eleições de final de 2019 e na rearrumação posterior. Mesmo que duvide de que um dos caminhos que sugere, o de listas comuns de uma coligação BE-PCP para pressionar mais o PS, seja realizável ou até desejável, acho certa esta exigência de elevação programática para melhor responder a pressões europeias, a ameaças de austeridade e às condições estruturais da desigualdade.

O livro conclui com uma sugestão, a de uma «nova internacional», já não como um centro definidor de políticas e estratégias, mas antes como um fórum de encontro e discussão das esquerdas, pois é a ambição a que apela o título do livro. Pouco fica dito sobre os caminhos para essa ideia, os seus protagonistas e as formas de fazer. Afinal, já houve várias tentativas recentes para constituir redes operativas de cooperação internacional e esgotaram-se em si mesmas. Se se quiser, o próprio chamamento do

título é uma constatação de fracassos anteriores que é preciso superar: da grande crise de 2008-2009 resultou o sucesso de um Tea Party ou depois de Trump, mas do outro lado temos o esvaimento do Occupy Wall Street e o enfraquecimento dos Fóruns Sociais Mundiais. Ficaram compromissos e promessas, as campanhas de Sanders, de Alexandria Ocasio-Cortez ou de Corbyn, ficaram novos partidos e novas forças sociais, ficou a greve feminista e a greve climática, ficaram desafios imensos. Para quem quer reduzir a esquerda a uma condenação de Sísifo, aqui tem pontos de partida que não são menores. Acreditará então o autor que esse caminho de uma «internacional» reergue a esperança ou o modo de fazer que ficou interrompido em tantos momentos de entusiasmo e de convergência anteriores? Certamente que sim. E é mesmo preciso qualquer coisa de novo. A leitora ou o leitor já repararam que o título do livro não é uma interrogação, é uma convocação?

[Francisco Louçã optou por escrever segundo a grafia do novo Acordo Ortográfico.]